

Proposta à Congregação do Cotuca

Mudanças no Processo Seletivo do Cotuca 2019 *Adaptação às decisões da Unicamp sobre vestibular e cotas*

A Comissão Étnico-Racial do Cotuca, composta por docentes, discentes e funcionários, apresenta abaixo proposta de mudanças no processo seletivo (“vestibulinho”) para o ingresso no Cotuca. A proposta visa avançar nos instrumentos de ação afirmativa e inclusão social já existentes, criando a cota racial, em conformidade com a decisão do Conselho Universitário da Unicamp, e ampliando as condições para acesso de estudantes oriundos de escolas públicas no Cotuca. Busca-se, assim, aproximar a realidade dos ingressantes do Colégio à representação da diversidade existente na sociedade.

A Comissão submete a proposta à apreciação da Congregação, com recomendação de que seja aprovada em tempo de ser viabilizada para o processo seletivo que acontecerá neste ano, para ingresso dos estudantes em 2019.

Justificativa

A democratização do acesso à Universidade e aos Colégios Técnicos não são temas novos e vem suscitando um conjunto de debates na sociedade e a adoção de medidas com vistas à inclusão social. Entende-se, sobretudo, que é necessário criar políticas afirmativas que considerem as desigualdades historicamente constituídas que conformam barreiras ao ingresso de grande parte da sociedade nas melhores instituições de ensino – o que leva a um ciclo de reprodução dessas desigualdades.

No caso da Unicamp, a adoção do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) data de 2004, sendo instituído no vestibular de 2005 e adotado no Cotuca no ano seguinte, com sistema de bonificação a estudantes de escola pública e a pretos, pardos e indígenas. Recentemente, a Unicamp retomou esse debate em seu Conselho Universitário e em audiências públicas, a partir da proposta de adoção de cotas étnico-raciais (com a manutenção do PAAIS). Como afirmou o atual reitor da Unicamp, a decisão de adoção das cotas tem o objetivo de fazer com que a sociedade se veja representada na instituição¹, isto é, que a Universidade represente a diversidade existente na sociedade.

¹ Jornal da Unicamp. Em decisão histórica, Unicamp aprova cotas étnico-raciais e Vestibular Indígena. [online] Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular>> Acesso em abril de 2018.

Na Deliberação CONSU-A-008/2017², a Unicamp reconhece, entre outras coisas: (a) seu compromisso, “com o **princípio de justiça social** e reconhecendo que os diferentes grupos da sociedade devem estar representados entre estudantes admitidos na instituição, permitindo acesso a uma formação de qualidade”; (b) a **democratização do acesso** como um tema recorrente na trajetória da Universidade, que “vem suscitando desdobramentos acompanhados de amplo debate, reflexões e proposições que significaram avanços ao longo dos anos”; (c) a existência de “**fortes desigualdades determinadas pela origem social e étnico-racial**”; e (d) a existência de debate e da **demandas pela adoção de cotas étnico-raciais** para a graduação, visto que pretos, pardos e indígenas estão sub-representados na Unicamp pelos mecanismos vigentes. O grupo de trabalho que elaborou a proposta de mudança no ingresso também destacou o entendimento de que “as cotas são um instrumento para combater o racismo existente na sociedade brasileira e as fortes desigualdades determinadas pela origem étnico-racial, num país marcado pela exclusão e por seu passado escravocrata”;

Alinhada com esse entendimento, a proposta aqui presente busca trazer avanços às formas de ingresso no Cotuca, levando em consideração as mudanças no vestibular da Unicamp com a adoção de cotas étnico-raciais e ampliação das ações afirmativas. Pretende-se, assim, ampliar a representação da sociedade no Colégio e promover a democratização do acesso.

Além da Unicamp, outras instituições de ensino vem adotando medidas similares. No ensino médio e técnico em nível federal, a lei nº. 12.711, de 2012³, estabelece, em seu artigo 4º, que “as instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas”; e em seu artigo 5º que “em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º [...] serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência”. Esse preenchimento, nos termos da lei, deve respeitar minimamente a proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência conforme o último censo do IBGE na unidade da Federação onde está instalada a instituição”.

O uso dos dados populacionais oficiais para a representação da sociedade também foi seguida pela Unicamp, usando os dados mais atualizados disponíveis (PNAD 2015) para o estado de São Paulo. A proposta Deliberação CONSU-A-008/2017 instituiu a meta de 37,2% de pretos, pardos e indígenas por curso e turno, seguindo dados disponíveis a seguir.

2 Disponível em <https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=9150>.

3 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>.

Tabela 1. População residente no estado de São Paulo, por cor ou raça, segundo situação do domicílio e sexo – 2015

Situação do domicílio e sexo	População residente (1 000 pessoas)						
	Total	Cor ou raça					Sem declaração
		Branca	Amarela	Preta	Parda	Indígena	
Total	44 500	27 400	541	3 123	13 329	103	4
%		61,6%	1,2%	7,0%	30,0%	0,2%	0,0%
				37,2%			
Homens	21 279	12 801	264	1 576	6 587	48	2
Mulheres	23 220	14 598	276	1 546	6 742	56	2
Urbana	42 973	26 387	526	3 041	12 914	101	4
Homens	20 497	12 297	254	1 526	6 373	45	2
Mulheres	22 476	14 090	272	1 515	6 541	56	2
Rural	1 527	1 012	15	82	415	2	-
Homens	782	504	10	51	215	2	-
Mulheres	744	508	5	31	200	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Como o Cotuca trata fundamentalmente de ensino médio e técnico de nível médio, é preciso levar em consideração o universo de alunos do Ensino Fundamental, sobretudo das séries finais (6º a 9º ano). A partir das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2017, com dados do Censo da Educação Básica, é possível visualizar a distribuição de matrículas dos alunos do Ensino Fundamental no estado de São Paulo entre escolas públicas (federal, estadual e municipal) e particulares:

Tabela 2. Matrículas no Ensino Fundamental – estado de São Paulo – 2017

Anos Iniciais (1º a 5º)						
EFI – Total	Federal	Estadual	Municipal	Pública	Privada	
3.021.970	232	618.082	1.772.200	2.390.514	631.456	
	0,01%	20,45%	58,64%	79,10%	20,90%	
Anos Finais (6º a 9º)						
EFII – Total	Federal	Estadual	Municipal	Pública	Privada	
2.254.356	-	1.309.254	506.544	1.815.798	438.558	
	0,00%	58,08%	22,47%	80,55%	19,45%	
Total Ensino Fundamental						
Total EF	Federal	Estadual	Municipal	Pública	Privada	
5.276.326	232	1.927.336	2.278.744	4.206.312	1.070.014	
	0,00%	36,53%	43,19%	79,72%	20,28%	

Fonte: Inep - Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2017

Os dados do estado de São Paulo são bastante próximos da realidade dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, como é possível observar na Tabela 3:

Tabela 3. Matrículas no Ensino Fundamental – Anos finais (6º a 9º) – Região Metropolitana de Campinas – 2017

Município	Total	Estadual	Municipal	Pública	Privada
Campinas	50.554	29.548	7.489	37.037	13.517
Americana	11.379	6.027	1.941	7.968	3.411
Artur Nogueira	2.513	2.151	-	2.151	362
Cosmópolis	2.755	531	2.001	2.532	223
Engenheiro Coelho	1.050	786	-	786	264
Holambra	866	-	650	650	216
Hortolândia	11.701	9.107	69	9.176	2.525
Indaiatuba	11.108	8.391	-	8.391	2.717
Itatiba	5.488	-	4.407	4.407	1.081
Jaguariúna	2.688	-	2.420	2.420	268
Monte Mor	3.388	1.284	1.981	3.265	123
Morungaba	673	311	362	673	-
Nova Odessa	2.783	2.120	-	2.120	663
Paulínia	5.311	1.919	2.238	4.157	1.154
Pedreira	2.076	1.777	-	1.777	299
Santa Bárbara d'Oeste	8.404	7.314	-	7.314	1.090
Santo Antônio de Posse	1.269	-	1.220	1.220	49
Sumaré	13.453	10.857	1.826	12.683	770
Valinhos	6.764	1.521	2.903	4.424	2.340
Vinhedo	4.051	133	2.796	2.929	1.122
	Total	Estadual	Municipal	Pública	Privada
	148.274	83.777	32.303	116.080	32.194
		56,50%	21,79%	78,29%	21,71%

Fonte: Inep - Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2017

Os dados proporcionais da população do estado de São Paulo indicam, portanto, um percentual de **37,2%** de pretos, pardos e indígenas e entre **75 e 80%** de estudantes de escola pública no nível fundamental. Para aprimorar a política de inclusão e democratização de acesso, a presente proposta parte dos dados atuais e propõe rotina de revisão periódica a partir da publicação de dados atualizados.

Além do nosso alinhamento com os princípios da decisão de democratização de acesso da Universidade, os dados dos ingressantes no Cotuca em 2018 indicam a necessidade de medidas que aprimorem a inclusão em nosso processo seletivo. Há uma desigualdade significativa entre os perfis de ingresso no Colégio nos cursos das diferentes modalidades e períodos. Nos cursos de maior concorrência em nosso processo seletivo, da

modalidade A (ensino médio e técnico concomitância interna) do diurno, houve um crescimento significativo dos alunos oriundos de escola particular: foram 83,2% em 2018, em comparação à média de 58,2% entre 2013 a 2017. Dos matriculados neste ano, apenas 7,9% declararam ser pretos, pardos e indígenas (perante uma média, abaixo da representação em nosso estado, de 13,8% entre 2013 e 2017) e 33,8% declararam renda familiar entre zero e três salários mínimos.

Tabela 4. Dados de etnia, PAAIS e escola de origem de ingressantes no Cotuca em 2018 e média do período 2013-2017 – Modalidade A diurno

		Vestibulinho 2018		Média 2013-2017		Sociedade (SP)
		Inscritos	Matriculados	Inscritos	Matriculados	
		4135	216	4034	198	
Optou pelo PAAIS	Sim	31,4%	21,3%	38,7%	37,0%	
	Não	68,6%	88,3%	61,3%	63,0%	
Declaração étnica (PPI)	Etnia ³	12,7%	7,9%	13,9%	13,8%	37,2%¹
	Demais	87,3%	91,2%	86,1%	86,2%	62,8% ¹
	Não decl	0,5%	0,0%	0,4%	0,2%	
Escola de Origem	Municipal	16,1%	11,7%	16,9%	15,7%	22,5% ²
	Estadual	29,3%	11,2%	32,9%	22,4%	58,1% ²
	Federal	0,1%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0% ²
	Particular	53,2%	83,2%	44,6%	58,2%	19,4%²
	Outros	5,2%	3,6%	5,1%	3,3%	

¹ IBGE. PNAD 2015 – estado de São Paulo. ² Inep. Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2017) – estado de São Paulo, estudantes de Ensino Fundamental II (6º a 9º ano). ³ Representação étnica no PAAIS: pretos, pardos e indígenas de escola pública.

Entre os matriculados nos cursos da modalidade A no noturno, são 19,8% de pretos, pardos e indígenas em 2018 (ante uma média de 32,9% em anos anteriores), 39,2% de escolas particulares (quase o dobro da média de 19,9% entre 2013 e 2017). Em relação à renda, o público ainda segue um perfil de renda mais baixa, com 67,1% dos matriculados na faixa de até 3 salários mínimos.

Tabela 5. Dados de etnia, PAAIS e escola de origem de ingressantes no Cotuca em 2018 e média do período 2013-2017 – Modalidade A noturno

		Vestibulinho 2018		Média 2013-2017		Sociedade (SP)
		Inscritos	Matriculados	Inscritos	Matriculados	
		213	81	256	80	
Optou pelo PAAIS	Sim	50,2%	46,9%	57,7%	70,4%	
	Não	49,8%	53,1%	42,3%	29,6%	
Declaração étnica (PPI)	Etnia ³	24,9%	19,8%	26,9%	32,9%	37,2%¹
	Demais	75,1%	80,2%	73,1%	67,1%	62,8% ¹
	Não decl	0,0%	0,0%	1,3%	1,0%	
Escola de Origem	Municipal	15,0%	17,7%	23,0%	25,9%	22,5% ²
	Estadual	46,9%	36,7%	47,0%	48,5%	58,1% ²
	Federal	0,0%	0,0%	0,1%	0,3%	0,0% ²
	Particular	31,9%	39,2%	22,7%	19,8%	19,4%²
	Outros	6,1%	8,9%	6,1%	4,5%	

¹ IBGE. PNAD 2015 – estado de São Paulo. ² Inep. Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2017) – estado de São Paulo, estudantes de Ensino Fundamental II (6º a 9º ano). ³ Representação étnica no PAAIS: pretos, pardos e indígenas de escola pública.

Na modalidade B (cursos técnicos sem o ensino médio no colégio), a procura de alunos que se encaixam nas atuais regras do PAAIS é maior (foram 57,7% os inscritos que optaram pelo PAAIS em 2018). Entre os matriculados, os pretos, pardos e indígenas representam 35,2% e são poucos os oriundos de colégios particulares – apenas 15,3% em 2018, acompanhando média de 16,5% entre 2013 a 2017. Entre os ingressantes, 81,2% são de famílias com renda até 3 salários mínimos.

Tabela 6. Dados de etnia, PAAIS e escola de origem de ingressantes no Cotuca em 2018 e média do período 2013-2017 – Modalidade B

		Vestibulinho 2018		Média 2013-2017		Sociedade (SP)
		Inscritos	Matriculados	Inscritos	Matriculados	
		1048	378	1012	356	
Optou pelo PAAIS	Sim	57,7%	65,6%	59,7%	66,9%	
	Não	42,3%	34,4%	40,3%	33,1%	
Declaração étnica (PPI)	Etnia ³	28,5%	35,2%	27,6%	31,4%	37,2%¹
	Demais	71,5%	64,8%	72,4%	68,6%	62,8% ¹
	Não decl	1,0%	0,5%	0,8%	0,7%	
Escola de Origem	Municipal	9,4%	9,3%	9,0%	8,5%	22,5% ²
	Estadual	71,9%	71,4%	71,3%	70,9%	58,1% ²
	Federal	0,5%	0,8%	0,3%	0,3%	0,0% ²
	Particular	13,7%	15,3%	15,0%	16,4%	19,4%²
	Outros	3,4%	2,6%	3,6%	3,1%	

¹ IBGE. PNAD 2015 – estado de São Paulo. ² Inep. Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2017) – estado de São Paulo, estudantes de Ensino Fundamental II (6º a 9º ano). ³ Representação étnica no PAAIS: pretos, pardos e indígenas de escola pública.

Como é possível observar nas tabelas 4, 5 e 6, nos cursos e turnos de maior concorrência o perfil de alunos é menos diverso e mais distante do acesso por grupos socialmente excluídos. Cabe destacar que a grande concorrência desses cursos, sem que

haja uma perspectiva de obtenção de vagas por estudantes excluídos social e racialmente, acompanha um número significativo de casos de autoexclusão⁴ do vestibulinho.

As explicações para esse aumento dos alunos da rede particular exigiria informações mais precisas sobre as motivações das famílias, mas certamente é necessário levar em consideração razões de ordem conjuntural e financeira, a visibilidade das ações do Cotuca e das aprovações de nosso alunos em concorridos vestibulares junto das mudanças no ingresso dos vestibulares das Universidades, com cotas e bônus para estudantes de Ensino Médio em escola pública, e as mudanças na distribuição de vagas no processo seletivo do colégio, a partir da adoção da segunda opção de curso desde o vestibulinho de 2017.

Considera-se, no entanto, que algumas dessas dinâmicas (sobretudo a busca de vagas no Cotuca para posterior obtenção de pontos nos vestibulares) podem acabar desviando o colégio de sua importante função social e de sua missão – formar técnicos, proporcionando aos alunos uma formação profissional de alto nível com sólida base de educação geral e buscando a formação plena como pessoa socialmente atuante e bem sucedida na profissão. Além disso, podem levar parte dos cursos do Cotuca a um perfil elitizado e de alunos desinteressados na formação técnica.

Assim, foi elaborada uma proposta que pretende dar espaço a todos os possíveis interessados na formação técnica do Cotuca, com políticas afirmativas para diminuir as barreiras social e historicamente constituídas ao acesso de pretos, pardos e indígenas e a estudantes mais pobres, oriundos de escolas públicas, permitindo que a concorrência e ocupação de vagas seja condizente com uma representação de nossa realidade social.

As propostas do grupo de trabalho que coordenou as audiências públicas sobre cotas na Unicamp envolviam, segundo a deliberação CONSU-A-008/2017 o estabelecimento de cotas étnico-raciais, tendo como parâmetro os 37,2% de autodeclarados pretos e pardos no Estado de São Paulo, por curso e turno. Posteriormente, o grupo de trabalho sobre as mudanças de ingresso para 2019 recomendou, além das cotas, a manutenção do PAAIS nas vagas de ampla concorrência e a adoção de um conjunto de medidas que incluem formas diversas de entrada (como ProFIS, SISU e vestibular indígena). Nossa proposta para o Cotuca, adequada aos princípios, aos dados e às questões operacionais de nosso processo seletivo, está apresentada a seguir.

4 O tema já foi tratado por coordenadores do vestibular da Unicamp (como na matéria publicada no UOL em 2010: <https://vestibular.uol.com.br/ultnot/2010/06/15/ult798u26183.jhtm>) e por diversas pesquisas acadêmicas (como “A auto-exclusão dos alunos das escolas públicas Estaduais de Belo Horizonte no vestibular da UFMG”, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-21172003000200165&lng=en&nrm=iso&tlng=pt e “O Vestibular Unicamp e a Inclusão Social: Experiências e Perspectivas”, disponível em: <https://sites.ifi.unicamp.br/kleinke/files/2014/01/O-Vestibular-Unicamp-e-a-Inclus%C3%A3o-Social-Experi%C3%Aancias-e-Perspectivas.pdf>).

Proposta

A proposta de alteração no ingresso ao Cotuca prevê a **manutenção** dos moldes atuais da classificação dos candidatos, contemplando a **segunda opção de curso** e a **manutenção** da bonificação do **PAAIS** – 9 pontos adicionais para alunos de Escolas Públicas e 3 pontos adicionais para estudantes que se declarem pretos, pardos ou indígenas.

As mudanças principais estão em dois eixos no que tange às políticas afirmativas:

a) **Alteração no PAAIS, com a separação da pontuação de Escola Pública da pontuação Étnico-racial**, permitindo que estudantes pretos, pardos e indígenas que não estudaram em escolas públicas recebam a pontuação étnico-racial.

b) **Criação de um sistema de cotas mínimas étnico-raciais e para estudantes de escola pública, por curso e turma**, conforme apresentado a seguir.

A proposta é a criação de cotas mínimas de **35%** das vagas de cada turma para a representação étnico-racial de escola pública (Grupo 1) – aproximando-se dos 37,2% de pretos, pardos e indígenas do estado – e para alunos oriundos de escola pública (Grupo 2), totalizando um mínimo de **70%** de estudantes de escola pública – aproximando-se dos 75% a 80% das matrículas no Ensino Fundamental II no estado de São Paulo. O restante das vagas destinam-se em ampla concorrência. Propõe-se a manutenção da bonificação do PAAIS na classificação dos estudantes para que essa cota mínima não seja uma “cota máxima”, operando no efeito contrário ao desejado. Sua manutenção tem como objetivo garantir um menor desequilíbrio na concorrência dos grupos 2 e 3. A Comissão também considerou a avaliação da Universidade⁵ de que o PAAIS tem bons resultados e uma ótima acolhida por ampla parcela da comunidade acadêmica.

A dinâmica de funcionamento proposta é a manutenção da classificação atual (mantendo a dinâmica existente da segunda opção de curso), com uma pequena mudança no PAAIS: a separação das bonificações étnico-racial e de escola pública, para permitir que haja mais equilíbrio étnico-racial na ampla concorrência. Após essa classificação feita em cada turma (curso e turno), seriam preenchidas as vagas em três grupos:

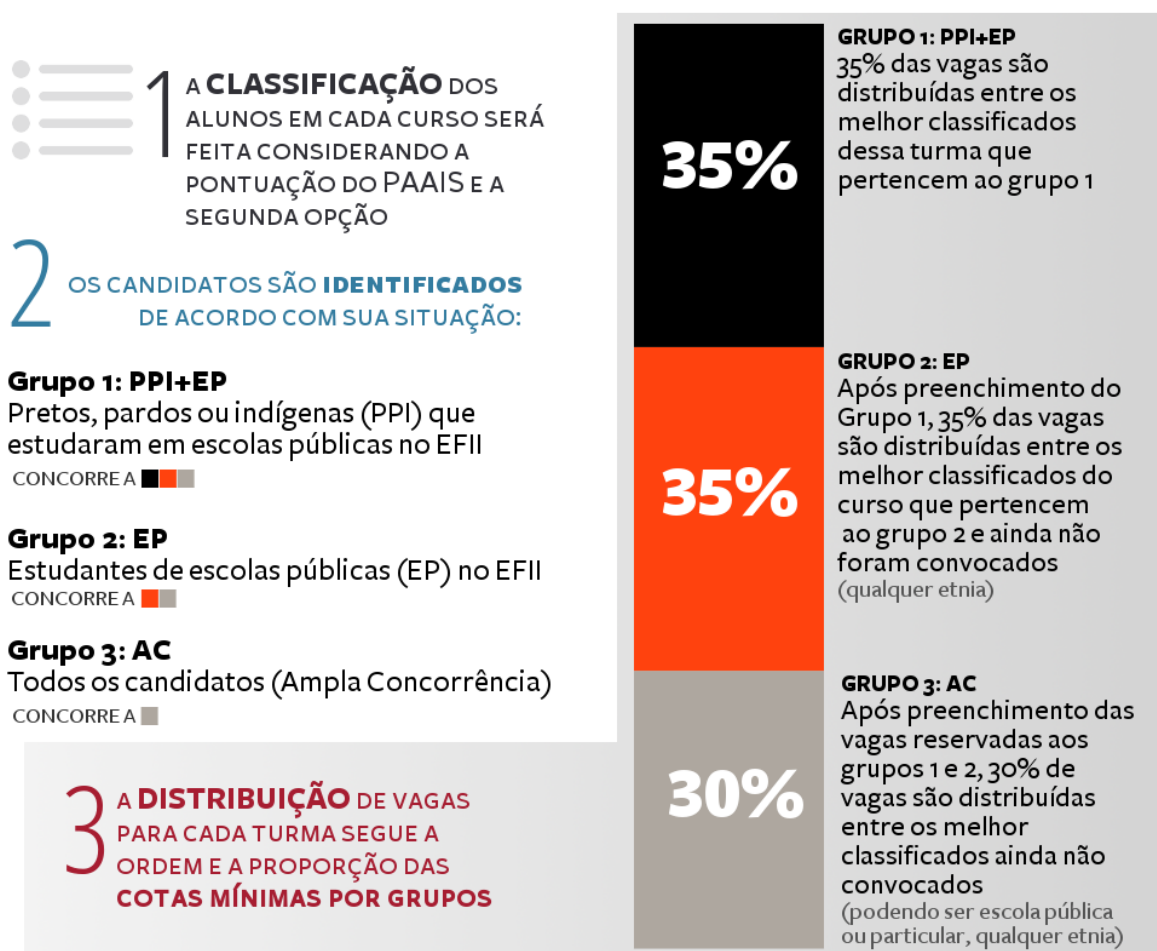
– **Grupo 1 (35% de cota mínima):** grupo de candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) que cursaram escola pública (EP) durante todo o Ensino Fundamental II (**PPI+EP**). Seriam convocados os melhor classificados da lista que se enquadram nessa categoria. Caso surjam vagas desta cota mínima nas chamadas posteriores à primeira, elas seriam preenchidas por aqueles que se enquadrassem nessa categoria e que ainda não tivessem sido convocados;

5 Conforme avaliação do documento “Proposta de Acesso 2019”, do grupo de trabalho de mudanças no ingresso da Unicamp (GT Ingresso 2019 - Deliberação CONSU-A-08/2017).

– **Grupo 2 (35% de cota mínima):** grupo de candidatos que cursaram escola pública em todo o Ensino Fundamental II (**EP**). Após os convocados do Grupo 1, seriam convocados os melhor classificados da lista que se enquadrassem nessa categoria e que ainda não tivessem sido convocados, independente da etnia. Caso surjam vagas desta cota mínima nas chamadas posteriores à primeira, elas seriam preenchidas por aqueles que se enquadrassem nessa categoria e que ainda não tivessem sido convocados;

– **Grupo 3 (30% das vagas):** ampla concorrência (AC) – grupo com todos os candidatos. Após os convocados dos Grupos 1 e 2, o restante das vagas seriam preenchidas pelos melhor classificados na lista (excluindo-se os candidatos que já tenham sido convocados), independente de etnia e escola de origem.

A dinâmica proposta está ilustrada no esquema que segue:



Oportunidades e desafios com a mudança – sugestões da Comissão

Caso essas sugestões sejam acolhidas pela Congregação e implementadas pelo Cotuca, gostaríamos de apontar algumas oportunidades e desafios colocados a partir dessa nova política de acesso à instituição, bem como recomendações da Comissão:

– **Impactos no vestibulinho:** pode haver impactos de várias ordens, positivos e negativos no quadro de candidatos do vestibulinho, tais como a redução de candidatos de escolas particulares, a ampliação de candidatos com o perfil das políticas afirmativas, a ampliação da demanda por isenção da taxa do vestibulinho e outros impactos financeiros à organização do processo seletivo. No sentido de ampliar o número de candidatos e reduzir a autoexclusão, recomenda-se que algumas ações sejam realizadas:

(a) negociar parcerias com as Prefeituras Municipais da região, buscando ações conjuntas como a inscrição coletiva dos alunos de redes municipais no vestibulinho, financiados pelas prefeituras (em condições negociadas com o Cotuca);

(b) estudar a possibilidade de expandir essas parcerias ao governo do estado;

(c) ampliar as ações de divulgação do Cotuca nas escolas públicas da Região Metropolitana de Campinas, trabalho que já vem sendo feito pela Comissão de Divulgação do Vestibulinho;

(d) buscar mídias da Unicamp e de Campinas para divulgar as mudanças no vestibulinho, tentando atrair mais candidatos.

– **Desempenho escolar:** ao ampliar as políticas afirmativas, pode haver receio quanto ao desempenho acadêmico desses candidatos. Vale a pena registrar que o Cotuca já possui grande diversidade no que tange à origem dos alunos em vários dos cursos e já tem lidado com perfis próximos dos aqui esboçados. Apesar da diversidade de bagagem em relação aos conteúdos escolares que os alunos trazem, há diversos estudos realizados na Unicamp e em outras universidades demonstrando como alunos beneficiários de ações afirmativas apresentam, muitas vezes, desempenhos superiores à média de seus cursos. Além disso, a melhor distribuição de vagas possibilitada pela segunda opção de curso e a ampliação dos candidatos como sugerido na proposta mencionada devem trazer ingressantes mais preparados aos desafios acadêmicos e técnicos do colégio.

É fundamental que o Cotuca redobre a atenção e as ações pedagógicas no que diz respeito à diversidade de bagagens escolares que já estão presentes nos ingressantes e que devem continuar a ser trabalhadas com atenção, para que a cobrança de conteúdos no início dos cursos não se converta em trajetórias de evasão.

– **Prevenção a fraudes:** Ainda que as fraudes não representem números significativos nas Universidades que adotaram os sistemas de cotas étnico-raciais, as recomendações para evitar fraudes nas cotas, em conformidade com práticas recomendadas por comissões semelhantes e pelo movimento pró-cotas da Unicamp seriam:

- (a) publicizar, na lista de aprovados, os que foram beneficiados por cotas étnico-raciais, para permitir denúncias de casos de fraude;
- (b) que esta Comissão fique responsável por acolher e apurar eventuais denúncias de fraude;

As medidas podem ser adaptadas conforme as deliberações da Unicamp nesse sentido.

– **Permanência estudantil:** A deliberação CONSU supramencionada aponta que “a Unicamp, ciente de que o impacto social de sua política não se limita ao acesso, deve assegurar programas efetivos de apoio à permanência estudantil e que promovam o bom desenvolvimento acadêmico”.

Sugere-se que haja um acompanhamento permanente do perfil socioeconômico dos alunos ingressantes para estudar eventuais medidas de ampliação das políticas de permanência estudantil, tais como bolsa auxílio social, auxílio transporte e auxílio alimentação. Recomenda-se, ainda, que a Comissão Permanente de Permanência Estudantil intensifique as reflexões sobre esse tema, em diálogo com esta Comissão.

– **Revisão periódica:** a presente proposta prevê uma rotina de revisão periódica das cotas a partir da publicação de dados atualizados e da análise de informações sobre ingressantes no Cotuca, verificando a efetividade da proposta para democratizar o acesso.

Campinas, 13 de abril de 2017.

Comissão Étnico-Racial do Cotuca

Vanessa Petrilli Bavaresco

Ana Carolina Ricardo

Ana Paula de Brito Rodrigues

André Buonani Pasti

Celso Akira Nishibe

Francisco da Fonseca Rodrigues

Itamar Vieira

Karen Leandro da Silva

Nilson Casimiro Pereira

Pedro Monteiro da Rocha Ramos